

# Da lógica do capital à lógica educacional: o debate sobre a educação no âmbito do Mercosul

*From the logic of capital to the logic of education:  
The debate about education in Mercosul*

Mariléia Goin<sup>1</sup>

---

**Resumo:** A educação, com a atual configuração capitalista mundial, assume o papel de elemento dinamizador para a aceleração dos processos de desenvolvimento, na medida em que qualifica recursos humanos adequados ao crescente nível de competitividade internacional. O processo de rearticulação do capital, ainda, tem em suas tendências a consolidação dos blocos regionais e o MERCOSUL, como caso exemplar, também redefine sua concepção educacional. Neste sentido, o artigo tem como tema a questão educacional no MERCOSUL, com o objetivo de identificar/analisar como as diretrizes educacionais vêm sendo discutidas no âmbito dos quatro Países-Membros iniciais do bloco, de modo a elucidar a concepção de educação, as estratégias e as propostas trazidas pelos Planos de Educação, as quais compõem o planejamento das ações para o campo educacional.

**Palavras-chave:** MERCOSUL; Educação; Planos de Educação.

---

## Introdução

As mudanças ocorridas no cenário mundial vêm ocasionando inúmeras alterações também no âmbito das políticas sociais e, dentre elas, as políticas educacionais. Isso porque a ordem mundial vigente conduz a novos tipos de relações e de acesso à informação e ao conhecimento (MARCHESI, 2002). O conhecimento e a formação neste contexto, aparecem diretamente vinculados ao desenvolvimento e como resposta aos desafios presentes no final do século passado e início do atual. Neste sentido, as relações que regularam o modo de produção e acumulação até meados do século XX, já não respondem satisfatoriamente às necessidades da atual forma de sociabilidade. Trata-se de capacitar/educar/formar um *novo* trabalhador (flexível), com uma *nova* qualificação, capaz de incorporar as *novas* demandas de trabalho e de realizar múltiplas tarefas, polivalente, passível de transitar entre um emprego e outro<sup>2</sup>. Esses fatores estariam na base do *novo* modelo de organização social: a sociedade do conhecimento ou a era da informação e do saber.

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora do Curso de Serviço Social e Coordenadora dos Estágios Supervisionados da Fundação Educacional Machado de Assis – FEMA - Fundação Educacional Machado de Assis, Campus I. Email: [mari.goin@hotmail.com](mailto:mari.goin@hotmail.com)

<sup>2</sup> Isto porque a estabilidade já não faz mais parte da nova configuração do mercado.

Exigem-se, diante disso, profissionais cada vez mais qualificados que consigam adequar-se às *novas* relações de produção e à moderna divisão do trabalho, agora internacionalizada. Como demonstra Neves (1994, p. 16), “não interessa aquele intelectual contemplativo das elites ou mesmo o artífice já mutilado pela manufatura. A atenção volta-se agora para um novo tipo de intelectual, ligado direta ou indiretamente ao processo produtivo de base científica”.

A lógica consiste em incorporar tecnologias de informação e conhecimento como fatores de produção. O profissional não é mais reconhecido pela sua força de trabalho, mas pelo que faz, pelo seu conhecimento, pela formação técnico-científica. Surge, neste horizonte, uma fragmentação maior da ciência – caracterizada pela especialização – e uma tendência à internacionalização dos conhecimentos.

Neste sentido, a ênfase predominante destaca que a educação deve estar articulada de acordo com a ideologia de mercado e atuar como principal formadora de recursos humanos disponíveis ao crescente nível de competitividade internacional (PILETTI & PRAXEDES, 1998). Sustenta-se com frequência, nestes termos, que a globalização imprimiu “à educação um sentido empresarial, utilitário, de mero adestramento da força de trabalho” (BRUNNER, 2002, p. 30) e, de certa forma, perverso, dissimulado. Em verdade: mercantiliza conhecimentos e incorpora mecanismos de mercado<sup>3</sup>.

Em termos regionais<sup>4</sup>, a educação vem sendo considerada, no âmbito dos blocos, como uma estratégia de formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento produtivo, aspecto considerado essencial para o desenvolvimento econômico da região e uma inserção mais significativa desta no sistema internacional.

O que acontece é que as vantagens competitivas de apostar-se na significativa relevância do conhecimento, da informação e do saber fazem-se fundamentais num momento em que o mercado já não incorpora mais aquele antigo trabalhador da fábrica fordista. Fica evidente que a concepção educacional enfrenta severas mudanças em relação ao passado recente, pois um contingente cada vez maior é empregado, agora, no setor de serviços, no qual se demandam níveis de escolarização mais elevados e novas habilidades interpessoais.

---

<sup>3</sup> Não se pode negar que a educação prepara para o mercado. No entanto, além de atender às requisições do treinamento técnico para intervir num campo determinado, numa área particular, compreende-se o sentido social da educação e o seu significado para lidar com o conjunto das problemáticas sociais (NETTO, 1996).

<sup>4</sup> A formação de blocos regionais, surge, de fato, como uma alternativa de agregação de diversos Estados-Nação no sentido de adotarem ações em conjunto para melhorar a condição em que se encontram economicamente na região e no sistema internacional. Diante disso, a integração regional, que surge primeiramente, ou, poder-se-ia dizer, fundamentalmente com finalidade econômica, na medida em que alcança graus de maturação, registra avanços para além dos aspectos econômicos/comerciais, como é o caso da União Européia que impôs, para promover a coesão econômica e social, “a implantação de esquemas institucionais supranacionais e mecanismos de redução de desigualdades territoriais e sociais” (GUIMARÃES, 2007, p. 25).

No MERCOSUL, em específico, fica explicitado, a partir da análise dos Planos de Educação, que a ênfase econômica contempla a lógica das demandas educativas do bloco: a educação obtém lugar subsidiário para o desenvolvimento econômico e produtivo da região.

### **O Setor Educacional do MERCOSUL: uma análise a partir dos Planos de Educação**

Acompanhando as negociações comerciais, o MERCOSUL, desde sua formação/constituição, enfatizou o papel subsidiário da educação nas estratégias de desenvolvimento e de fortalecimento do processo de integração dos Países-Membros (SETOR EDUCATIVO DO MERCOSUL, 2005). No entanto, conferindo ao setor educacional um escopo amplo e condizente com o processo de integração regional do MERCOSUL, bem como com o alcance de seus objetivos, as iniciativas neste setor ocuparam, desde então, um papel secundário frente as abordagens comerciais/econômicas no contexto regional. Isso ocorre, fundamentalmente, porque a educação não integra diretamente a espinha dorsal do MERCOSUL, constituída pelos quinze subgrupos de trabalho (SGTs)<sup>5</sup> e pelo Grupo de Mercado Comum – GMC<sup>6</sup>: na verdade a educação tem suas discussões agregadas ao SGT 10, por via de temáticas inter-relacionadas e não como “mote maior” organizado em SGT.

Mas, embora a educação não tenha vínculo direto com a agenda comercial, neste início de discussões (1991), a diplomacia ministerial, em consonância com o arcabouço institucional do MERCOSUL, a enfatizou de acordo com seus possíveis vínculos com o projeto vigente do Mercado Comum e, diretamente, com suas estratégias econômicas. Com esta visão, a reflexão acerca do papel da educação para a consecução da integração econômica começava a tornar-se um tema de preocupações.

<sup>5</sup> SGT 1 - Comunicações (1995); SGT 2 - Aspectos Institucionais (2000); SGT 3 - Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade (1995); SGT 4 - Assuntos Financeiros (1995); SGT 5 - Transportes (1995); SGT 6 - Meio Ambiente (1995); SGT 7 - Indústria (1995); SGT 8 - Agricultura (1995); SGT 9 - Energia (2005); SGT 10 - Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social (1995); SGT 11 - Saúde (1996); SGT 12 - Aspectos Institucionais (2000); SGT 13 - Comércio Eletrônico(2000); SGT 14 - Acompanhamento de Conjuntura Econômica e Social (2000); SGT 15 - Minérios (2005).

<sup>6</sup> Órgão decisório executivo do MERCOSUL, com sede em Montevidéu, o Grupo do Mercado Comum está integrado por membros titulares (quatro) e membros substitutos (quatro) de cada país integrante do Bloco, tais designados pelos respectivos governos, entre os quais devem constar, de forma obrigatória, representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia e dos Bancos Centrais, sendo os primeiros os coordenadores. O GMC, zelando pelo cumprimento do disposto nos Tratados, reúne-se de maneira ordinária e extraordinária, tantas vezes que julgar necessário. Suas decisões se pronunciam mediante Resoluções obrigatórias para os Estados - Partes. Estão vinculados ao GMC, ainda, os quinze subgrupos de trabalho (SGT), que debatem seus temas e prepara suas resoluções (AGUERRE, BALBIS & SARACHU, 2004; MERCOSUL, 1991a; MERCOSUL, 1994; GUIMARÃES, 2007).

O desafio que se apresentava à educação era de “produzir conhecimentos e de formar mão-de-obra especializada que viesse a apoiar o pretendido desenvolvimento econômico da região, bem como sua inserção competitiva no mercado internacional” (SOARES, C.P.C.B., 1998, p. 110). Nesta linha, Soares, C.P.C.B. (1998) refere as primeiras discussões do setor educacional no contexto do bloco: promover o conhecimento mútuo, facilitar a mobilidade na região, capacitar científica e tecnologicamente a população regional, formar consciência favorável ao processo de integração, gerar debates sobre interesses comuns dos Países-Membros e avaliar o impacto do processo integracionista no âmbito regional.

Baseados nesses primeiros desafios impostos ao setor educacional, o Conselho do Mercado Comum instituiu, por meio da Resolução 7/91, a primeira Reunião dos Ministros de Educação dos Países do MERCOSUL realizada em 1991, na capital Argentina, Buenos Aires, com o objetivo de coordenar as políticas educacionais à região (SETOR EDUCATIVO DO MERCOSUL, 2005). Este fato fortaleceu a constituição do Setor Educativo do MERCOSUL (SEM) e a correspondente formalização do Protocolo de Intenções firmado pelos Ministros de Educação (FONTES, s.n.; REIS, 2001; SETOR EDUCATIVO DO MERCOSUL, 2005). Neste Protocolo

estabeleceu-se a conformação inicial do Setor Educativo do MERCOSUL (SEM), ficando como órgão máximo responsável a Comissão de Ministros do Setor, com a função principal de propor as medidas necessárias à coordenação das políticas educativas entre os Estados-membros (SETOR EDUCATIVO DO MERCOSUL, 2005, p. 09).

Com a missão específica de “contribuir para os objetivos do MERCOSUL, estimulando a formação da consciência cidadã para a integração e promovendo educação de qualidade para todos, num processo de desenvolvimento com justiça social” (MERCOSUL, 1998, p. 02), o Setor Educativo estabeleceu como princípios orientadores de sua ação: a *(i)* integração regional e o respeito à diversidade, acreditando que contribui à consecução do bloco, no sentido demarcado pelo Protocolo de Intenções<sup>7</sup> e, ao mesmo tempo, reconhece a soberania e autodeterminação de cada um dos Estados participantes, bem como as múltiplas expressões culturais presentes na região; o *(ii)* compromisso democrático, afirmando que os sistemas educacionais são um instrumento na promoção dos valores democráticos; a *(iii)* educação de qualidade para todos, melhorando os níveis de educação na região, em uma perspectiva

---

<sup>7</sup> Para facilitar a consecução dos objetivos do MERCOSUL, os Ministros de Educação acordaram no Protocolo de Intenções o desenvolvimento de programas educacionais nas seguintes áreas: formação de consciência favorável ao processo de integração, capacitação de recursos humanos que contribuam para o desenvolvimento econômico e integração dos sistemas educacionais (MERCOSUL, 1991b).

equitativa, promovendo a cooperação entre os Países-Membros e os organismos internacionais (MERCOSUL, 1998).

Neste sentido, o setor declara seu compromisso com princípios fundamentais como a democracia e a cooperação e, enfaticamente, com a necessidade de melhorar a qualidade de recursos humanos para alcançar o desenvolvimento coerente da região. A intenção era demarcar estratégias e propostas para cada período, considerando a harmonização com o processo de integração, com vistas a acelerar o desenvolvimento econômico e a competitividade, e, assim, consolidar o caminho da integração regional. Morosini (apud CATANI, 2000, p. 56) assevera, neste contexto, que

o Mercosul Educativo reafirma a perspectiva internacional do papel central da educação nas estratégias de desenvolvimento dos países latino-americanos, tornando-os mais competitivos frente aos desafios do processo de globalização/regionalização, bem como o fortalecimento dos laços culturais e sociais entre os países envolvidos para a construção de uma transnação. O Mercosul Educativo ressalta a qualidade e acresce ainda a necessidade do estabelecimento de uma nova aliança entre o setor educativo e o setor produtivo, marcada pela apropriação generalizada e equitativa do conhecimento de Ciência e Tecnologia no campo educacional e de sua distribuição eficiente a toda a sociedade.

A partir de 1992, as atividades do SEM passaram a ser definidas por Planos de Educação<sup>8</sup> – elaborados e aprovados pela Reunião de Ministros –, os quais enfatizavam os objetivos e ações do setor educacional para cada período correspondente, tendo em vista as diferencialidades dos sistemas educacionais dos Países-Membros. No intuito de operacionalizar as resoluções dos Ministros e os propósitos dos Planos de Educação, criaram-se instâncias de decisões políticas e operacionais com a finalidade de executar as políticas educacionais nos Estados-Parte. Destaca-se, desta forma, o início dos trabalhos do Sistema de Informação e Comunicação (SIC)<sup>9</sup>, responsável pelas informações dos sistemas educativos dos Países-Membros do bloco, do Comitê Coordenador Regional (CCR) e dos Comitês Técnicos Regionais (CTR), sendo o CCR

---

<sup>8</sup> Estes Planos foram denominados como Planos Trienais de Educação até 2001, quando entrou em vigor o Plano Estratégico de Educação, caindo em desuso a denominação inicial. Diante disso, o presente trabalho nomeará unicamente os diferentes planos como Planos de Educação.

<sup>9</sup> “O SIC, em particular, assumiu o objetivo de fornecer informações comparáveis, confiáveis, e atualizadas sobre os sistemas educativos dos países do MERCOSUL, por intermédio de um conjunto de indicadores, como contribuição à formulação, ao monitoramento e à validação das políticas de educação da região, atender aos requisitos de comunicação, gestão do conhecimento, informação e trabalho cooperativo no âmbito do SEM, em todos os níveis de gestão” (SETOR EDUCATIVO DO MERCOSUL, 2005, p. 10).

a instância responsável pela implementação das políticas e pelo assessoramento aos Ministros de Educação. Por meio do CCR, instituem-se os programas e ações de curto e longo prazo, identificam-se mecanismos e fontes de financiamento necessárias para viabilizar as atividades e supervisionam-se os Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho (SETOR EDUCATIVO DO MERCOSUL, 2005, p. 13).

Na virada do século, ocorrem mudanças no SEM para agilizar o processamento das ações definidas pelos Ministros de Educação. A Reunião de Ministros de Educação (RME) continua sendo a instância máxima de decisões sobre as políticas educacionais e o CCR permanece atuando, conforme visto acima, na execução das decisões. Tais modificações acontecem, de fato, nas instâncias operacionais do SEM com a organização dos Comitês Técnicos por nível – Educação Básica, Educação Tecnológica e Educação Superior –, quando se criam as Comissões Regionais Coordenadoras de Área (CRCA) “que tem a seu cargo a incumbência de assessorar o CCR na definição das estratégias de ação do SEM e de propor mecanismos para a implementação dos objetivos e linhas de ação definidas no Plano de Ação do Setor”<sup>10</sup>. Como demonstra o Estudo Analítico-descritivo Comparativo do Setor Educacional do MERCOSUL (1996-2000),

os Comitês Técnicos Regionais de Área (CTR) foram constituídos para a promoção de ações em temáticas específicas: educação básica geral, educação especial, educação tecnológica, educação superior e pós-graduação, e do sistema de informações e comunicação. Sua tarefa principal era a coordenação de ações relativas às suas especificidades e a proposição de ações próprias ao CCR. Conforme a necessidade de cada Comitê Técnico, constituíram-se Grupos de Trabalho, com especialistas em cada uma das áreas, responsáveis pela elaboração de estratégias e planos específicos (SETOR EDUCATIVO DO MERCOSUL, 2005, p.13).

Nesta linha de alterações, os Grupos de Trabalho se transformam em Grupos Gestores de Projeto (GGP) – como se demonstra no quadro que segue –, que têm como eixo projetos com objetivos, metas e prazos definidos para “conduzir e consolidar a elaboração e implementação de integração educacional entre os Países-Membros do MERCOSUL”<sup>11</sup>. O Sistema de Informação e Comunicação, órgão estruturado ainda no período do primeiro Plano (1991-1997), tem, com estas modificações, suas linhas definidas pela difusão de ações do SEM e dos sistemas educativos nacionais, circulação do conhecimento de forma a manter atualizadas as informações do setor, fortalecimento dos laços nacionais

---

<sup>10</sup> Disponível em:

<[http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=52&Itemid=75](http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=52&Itemid=75)>. Acesso em 15 de setembro de 2008.

<sup>11</sup> Disponível em: <[http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=52&Itemid=75](http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=52&Itemid=75)>. Acesso em 15 de setembro de 2008.

do SIC e, corroborando suas funções iniciais, a descrição de políticas de informação, comunicação e gestão do conhecimento em âmbito regional (SETOR EDUCATIVO DO MERCOSUL, 2005).

Em 2004, pela Decisão CMC Nº 33/04, a mencionada estrutura do SEM foi ampliada com a criação de um órgão assessor nas questões relacionadas ao fundo do setor educativo – o CAFEM (Comitê Assessor do Fundo do Setor Educativo do MERCOSUL). Com o objetivo de financiar programas e projetos na área educacional para fortalecer o processo de integração regional, compete ao CAFEM *i)* auxiliar financeiramente o FEM – Fundo do Setor Educativo do MERCOSUL; *ii)* articular a administração de fundos, acompanhar periodicamente os investimentos dos recursos e informar semestralmente à Reunião de Ministros de Educação; *iii)* implementar estratégias para a obtenção de recursos provenientes de outros países, organismos ou mesmo do setor privado e; *iv)* estabelecer contatos com a administração dos fundos do MERCOSUL, mantendo relação direta com o CCR (MERCOSUL, 2004).

Por ser o primeiro fundo setorial de financiamento do MERCOSUL, o CAFEM tem seu capital constituído pelas contribuições nacionais dos Estados-Membros do MERCOSUL – sendo esta proporcional ao número de matrículas escolares de cada país –, pelas contribuições de terceiros países e de organismos do setor privado. Dessa maneira, o órgão mantém, do ponto de vista da estrutura, articulação constante com a RME, o CCR, as três CRCA e o SIC, órgãos que tem aprofundado o vínculo do setor com outras instâncias institucionais<sup>12</sup> do bloco.

As propostas apresentadas pelos referidos órgãos da estrutura orgânica do SEM ficam demarcadas na concepção de educação trazida pelos Planos de Educação e se constituem na ênfase das diretrizes educacionais, historicamente, no âmbito do MERCOSUL.

Neste cenário, a educação no contexto do MERCOSUL vem sendo demarcada, desde o advento dos primeiros encontros dos Ministros de Educação, como uma estratégia de formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento produtivo, aspecto considerado

---

<sup>12</sup> Faz-se menção ao Conselho do Mercado Comum – CMC –, órgão superior de tomada de decisão do MERCOSUL, ao qual incumbe a condução política do processo de integração e tomada de decisões para assegurar os objetivos traçados pelo processo de integração; ao GMC – Grupo de Mercado Comum, órgão decisório executivo do MERCOSUL, que zela pelo cumprimento do disposto nos Tratados, reunindo-se de maneira ordinária e extraordinária, tantas vezes que julgar necessário.; a Comissão de Comércio do MERCOSUL – CCM –, órgão de poder decisório, é encarregado de velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial intra-bloco e com terceiros países; a Comissão Parlamentar Conjunta – CPC –, órgão representativo, com caráter consultivo e deliberativo, pode tomar decisões por consenso e formular propostas de acordo com suas atribuições; ao Foro Consultivo Econômico – Social, órgão criado pelo Protocolo de Ouro Preto como organismo de caráter representativo “dos setores econômicos e sociais dos países do MERCOSUL, representados por organizações de empresários e trabalhadores e organizações da sociedade civil dos quatro países” (AGUERRE, BALBIS & SARACHU, 2004, p. 18-19); e a Secretaria Administrativa do MERCOSUL – SAM –, órgão de caráter operacional, é responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do MERCOSUL.

essencial para o desenvolvimento econômico da região e uma inserção mais significativa desta no sistema internacional.

Esta tendência educacional tem suas primeiras demarcações registradas na I Reunião de Ministros de Educação em 1991, quando a educação é definida como elemento dinamizador que possibilita acelerar os processos de desenvolvimento econômico e consolidar o caminho da integração regional, por meio da melhoria dos seus níveis de ensino. Neste sentido, educação e desenvolvimento econômico parecem estar intrinsecamente vinculados, pois a melhoria dos fatores de produção, a geração de riqueza e a integração regional têm vínculo direto com a formação educacional das pessoas (MERCOSUL, 1991c).

A concepção educacional, dessa forma, se vincula explicitamente a finalidade produtiva. Tem-se clareza de que não é mera preocupação com as estatísticas educacionais, com as taxas de matrícula ou com as disparidades nos anos de obrigatoriedade escolar. O entendimento da educação, no contexto da integração regional, traz as abordagens do Banco Mundial e da CEPAL, uma vez que é vista como um processo gerador de conhecimentos que possibilita a formação necessária para qualquer trabalho e a consecutiva envergadura para o mercado.

Em 1992, quando é aprovado o primeiro Plano de Educação do MERCOSUL<sup>13</sup>, esta perspectiva educacional é corroborada novamente, tendo uma centralidade ainda maior por se apresentar, segundo esse documento, como insumo estratégico necessário para enfrentar e competir no novo paradigma produtivo. Isso porque, como menciona Laredo (1998, p. 236)

O producto de la realidad internacional condicionante, está marcando la necesidad de arbitrar políticas nacionales y regionales de *cooperación internacional* conducentes a la formación de recursos humanos calificados requeridos para la generación de una mayor capacidad de innovación tecnológico-científica y para la creación de las condiciones básicas indispensables que posibiliten un desarrollo económico-social sustentable e una mejor inserción de nuestros países en el sistema estratificado internacional.

O Plano de Educação, neste patamar, prevê a “reformulação dos currículos escolares introduzindo temas como trabalho, emprego, produção e inovação científica e tecnológica” (MERCOSUL, 1991c, p. 03), com vistas a coordenar ações que respondam às necessidades do bloco.

Em profundidade, lança-se aqui uma questão de ordem conceptual: a educação passa a ter vínculo direto com o desenvolvimento econômico, tecnológico e na qualificação das pessoas por meio da educação/formação (BRUNNER, 2002). A verdade é que as mudanças estruturais ocorridas no âmbito da reestruturação produtiva e nas funções

---

<sup>13</sup> Este Plano teve sua vigência prorrogada pela Reunião de Ministros da Educação, Ata N°06/94, para dezembro de 1997 e pela Decisão N°25/97 até junho de 1998.

e papéis dos Estados-Nação em face da globalização, fundamentalmente, produziram *novas* demandas de competências, habilidades e conhecimentos, que colocam em xeque os “tradicionalis” sistemas educacionais.

Em relação ao MERCOSUL isso não é diferente: a ênfase econômica contempla a lógica das demandas educativas do bloco. Assim como o documento antes elencado, os posteriores corroboram a concepção demarcada, e a educação continua a obter lugar subsidiário para o desenvolvimento econômico e produtivo da região. Como explana o Documento MERCOSUL 2000<sup>14</sup>, a educação é "uma demanda inadiável, na medida em que as novas características da sociedade global acentuam o papel central que cabe à educação em todo o processo de desenvolvimento"(MERCOSUL, 1996, p. 01).

Com esta definição, em outubro de 1998 a RME do MERCOSUL aprovou o II Plano de Educação, destacando, em suas discussões, grande relevância as diretrizes educacionais como fatores de integração e como peça chave na modernização dos Estados-Membros, na medida em que originam conhecimentos.

O planejamento para o triênio 1998-2000 reconhece o valor dos instrumentos educacionais no marco do atual estágio da economia mundializada, considerando o conhecimento e a informação variáveis essenciais às novas formas de organização (seja social ou econômica). Observa-se, assim, destaque conferido à sociedade da informação e do saber, pois as mudanças no contexto educacional são dadas como estratégias necessárias para uma inserção competitiva do bloco no mercado mundial. Diante disso, reconhecem fidedignamente que

a integração educacional potencializa a integração econômica, particularmente quando os resultados da globalização levantam algumas críticas, uma vez que a inserção dos sistemas político-econômicos nacionais numa economia mundial não garante, por si só, nem o crescimento nem o desenvolvimento. Nesta perspectiva, o Setor Educacional do MERCOSUL reconhece que o poder de concorrência de um país ou bloco de países no mercado, imposto pela globalização da economia, vê-se cada vez mais determinado pela qualidade dos recursos humanos, pelo conhecimento, a ciência e a tecnologia aplicada aos métodos de produção, e menos pela disponibilidade de mão-de-obra barata e pela existência de recursos naturais (MERCOSUL, 1998, p. 02).

Esta visão, como esclarece Krawczyk & Vieira (2003), é evidenciada à luz dos condicionantes da reestruturação do setor produtivo nas últimas décadas e das alterações que modificam o arcabouço do Estado e das relações sociais no âmbito da ordem mundial contemporânea. Desse modo, o Plano explicita que “a educação constitui um elemento fundamental para preparar os cidadãos para o desafio

---

<sup>14</sup> Este documento faz parte do triênio 1998-2000.

decorrente do aparecimento de novos modos e estilos de produção” (MERCOSUL, 1998, p.03), no qual se vivifica o teor economicista das diretrizes educacionais do bloco, retirando os atributos da educação como um direito e vinculando-a a uma visão produtivista/mercantilista.

No quadro aludido, as diretrizes educacionais buscam assegurar a formação de competências em níveis equivalentes aos demandados pelo mercado e facilmente credenciáveis no contexto da integração regional. Melhor dizendo, a preocupação está alocada na aquisição de competências que propiciem respostas à atividade econômica no atual quadro de desenvolvimento, a fim de satisfazer oportunamente os requerimentos do setor laboral, que se moderniza rapidamente e pressupõe uma maior articulação entre educação e mercado (MERCOSUL, 1998).

As diretrizes expressam, nestes termos, que a educação prepara as pessoas para as diferentes formas de produção, elevando a capacidade produtiva e competitiva das mesmas frente ao mercado. O interesse, definitivamente, está vinculado ao setor produtivo e ao desenvolvimento econômico. Krawczyk & Vieira (2003), ironizando este trio – educação, setor produtivo e desenvolvimento econômico – questionam: a integração regional (do MERCOSUL) privilegia aspectos educativos, em termos qualitativos e científicos, ou enfatizam prioritariamente aspectos econômicos e comerciais? Na resposta evidenciam a constatação:

Y a esto interrogante contestamos que el objetivo central del MERCOSUR tal y cual está estructurado, consiste en el aumento de las corrientes de comercio y de las vinculaciones económicas entre los cuatro países miembros, con la internacionalidad que después esto vaya permeando en otras dimensiones (KRAWCZYK & VIEIRA, 2003, p. 245).

Para esclarecer o ponto de vista das autoras, recordemos: o MERCOSUL, desde os primórdios, esteve diretamente vinculado a necessidade de uma inserção mais significativa dos Estados-Membros no mercado internacional. Portanto, sua gênese está definida, primeiramente, pela integração econômica e, em segundo plano, àquelas que venham subsidiar a primeira. Destarte, isso não nos é novidade. Ela está alocada, com certeza, na submissão efetiva do SEM na promoção de condições que favoreçam a consolidação do bloco e uma genuína integração regional.

Esta concepção de educação também está aludida no Plano Estratégico do Setor Educacional do MERCOSUL (2001-2005), terceiro plano do setor. Reconhece-se que a informação, o conhecimento e o desenvolvimento tecnológico são insumos basais ao contemporâneo paradigma produtivo e, de forma elementar, também, ao fortalecimento de uma cultura partidária ao processo de integração. Torna-se mister meios que subsidiem a realização/integração de ambos num objetivo comum – já que a finalidade do MERCOSUL historicamente tem sido definida em termos estritamente econômicos e comerciais.

A educação, neste contexto, como ferramenta efetiva ao desenvolvimento produtivo, possibilitaria meios de acesso oportuno a novos atores educativos no processo de integração, promovendo a articulação e o desenvolvimento das capacidades destes para minimizar as disparidades sociais presentes no âmbito regional. De fato, a educação é considerada neste terceiro documento como “uma ferramenta essencial que permite construir as condições favoráveis à realização da aspiração e desenvolvimento das capacidades que permitem reduzir significativamente a marginalização e a exclusão existentes” (MERCOSUL, 2001, p. 03).

Apesar de não serem significativas, até aqui, as considerações acerca deste ponto, sua menção demonstra a articulação, mesmo que ínfima, ao período que condiz em nível internacional a preocupação com as desigualdades dos povos. A sustentação está no argumento de que, além de insumos estratégicos, é importante conciliar a minimização da pobreza para o alcance do desenvolvimento econômico e social da região.

Essas considerações do Plano Estratégico (III Plano de Educação), no entanto, acabam sendo subsumidas, assim como as pontuações do Plano Trienal 1998-2000, pela ótica mercadológica. Suas considerações acerca das desigualdades acabam sendo deixadas em segundo plano e o que resulta, novamente, são “acciones em favor del desarrollo de una política de cooperación activa que posibilite la formación de recursos humanos y tecnológico-científicos em calidad y cantidad suficientes para afrontar los desafíos de [...] orden que ya se vislumbran” (KRAWCZYK & VIEIRA, 2003, p. 247). O que fica explícito no Plano de Educação (2006-2010) é a corroboração da visão estabelecida nas protoformas – educação como estratégia de desenvolvimento produtivo – e sua articulação com as políticas globais das agências financiadoras, especialmente por parte do Banco Mundial. Essa vinculação entre educação e mundo produtivo fica evidenciada no Plano quando se considera

fundamental la vinculación del mundo productivo con la educación y especialmente con la formación profesional, más aún con los cambios que comienzan a vislumbrarse en la región. Frente a esto los países han empezado a recuperar la educación [...] como herramienta del desarrollo (MERCOSUL, 2006, p. 04).

Neste sentido, “la educación sigue siendo reconocida como una condición para fortalecer el proceso integrador y para asegurar su irreversibilidad” (MERCOSUL, 2006, p. 04). Todavia, o Plano perfilha que o MERCOSUL não deve se restringir a mera construção de um mercado comum, mas ter em conta as políticas setoriais para o melhoramento da qualidade de vida das pessoas residentes na região. Ainda mais: o processo de integração, além de possibilitar o desenvolvimento econômico, deve desenvolver ações voltadas à superação das assimetrias e que fortaleçam a busca da equidade, tal como propõe a CEPAL. Isso, de forma alguma, desvia a centralidade produtiva

até aqui dada à educação. Ao contrário, auxilia na sua efetivação na medida em que o desenvolvimento econômico não ocorre isoladamente: depende de fatores extra-econômicos, como a redução das desigualdades. No quadro que segue, pode-se observar as abordagens da concepção de educação dos diferentes planos e, além disso, a demarcação, em comum, da educação como estratégia de desenvolvimento produtivo à região.

Quadro 01: Planos de Educação do Setor Educativo do MERCOSUL

Planos de Educação MERCOSUL Educacional			
Plano	Período	Educação	Abordagens relacionadas
I Plano de Educação	1991-1997	Estratégia de desenvolvimento produtivo.	Estratégias do Banco Mundial e da CEPAL.
II Plano de Educação	1998-2000	Estratégia de desenvolvimento produtivo; elemento para redução da pobreza.	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; estratégias do Banco Mundial e da CEPAL
III Plano de Educação	2001-2005	Estratégia de desenvolvimento produtivo; meio de reduzir a marginalização e as desigualdades existentes; favorece a integração econômica, social e cultural.	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; estratégias do Banco Mundial e da CEPAL.
IV Plano de Educação	2006- 2010	Estratégia de desenvolvimento produtivo; elemento para redução da pobreza.	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; estratégias do Banco Mundial e da CEPAL.

Fonte: Quadro construído pela autora<sup>15</sup>.

Se até 2006 os argumentos relativos à redução da pobreza e das desigualdades pouco foram levadas em conta pelo SEM, a partir desse ano, na esteira das políticas globais, também passou a incorporar, mais enfaticamente, tais propostas em âmbito regional. Mesmo não garantindo a efetivação destas ações, o setor educacional encontra-se articulado, em

---

<sup>15</sup> Com base em MERCOSUL, 1991b; MERCOSUL, 1991c; MERCOSUL, 1998; MERCOSUL, 2001; MERCOSUL, 2006.

nível de propostas, com os organismos internacionais. Entretanto, a realidade é que estas propostas internacionais, assim como vistas anteriormente, estão interligadas à estratégia de desenvolvimento produtivo como forma de obscurecer/mascarar sua finalidade de desenvolvimento econômico. O que aparece no cerne das diretrizes é uma concentração de políticas que integram processos econômicos, sociais e políticos necessários para o desenvolvimento da região – mesmo que os dois últimos estejam em escala irrisória. Como argumenta Coutinho (2000, p. 143),

o capitalismo não resolveu os problemas da desigualdade e da miséria e revela-se cada vez menos capaz de satisfazer as demandas mínimas de um número crescente de pessoas. Temos que voltar, portanto, aos interesses puramente materiais e articulá-los com uma visão mais universal, mais pública, mais solidária e mais humanista[...].

Há que se reconhecer, no entanto, que os Planos de Educação, além de trazer a concepção hegemônica de “educação produtiva”, explicitam as estratégias e as propostas de ação do SEM para cada período delimitado, no intuito de consignar áreas básicas para um avanço da integração educacional do bloco e estimular a difusão de atitudes, valores e conhecimentos condizentes com as novas exigências do modelo de desenvolvimento regional.

No período do I Plano, as estratégias centrais estiveram orientadas pelas três definições presentes na base das propostas de ação para o setor. A recorrência voltava-se para a *i*) formação de uma consciência favorável ao processo de integração e, ao mesmo tempo, difundindo suas informações nos diferentes níveis de ensino; à *ii*) capacitação de recursos humanos voltados ao desenvolvimento econômico, com o objetivo de contribuir na promoção de programas educativos para o ensino básico, médio, profissional e de alto nível; e à *iii*) compatibilização e harmonização dos sistemas educativos, de forma a estabelecer um sistema de informação em rede para conhecer os dados educativos de cada Estado-Membro (MERCOSUL, 1991c; REIS, 2001).

Para complementar tais estratégias, firmaram-se protocolos<sup>16</sup> voltados ao incentivo da aprendizagem dos idiomas oficiais do MERCOSUL – português e espanhol – e à definição de conteúdos mínimos de história e geografia, com o objetivo de atualizar os currículos de ensino básico e médio. O intento, conforme expõe o Plano, é incorporar

---

<sup>16</sup> Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico, assinado em agosto de 1994 e Protocolo de Integração Educacional, Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e de Reconhecimento de Estudos de Nível Médio e Técnico, assinado em julho de 2005.

conteúdos vinculados ao MERCOSUL nos currículos de todos os níveis de ensino [...], partindo da produção de informação e material de aprendizagem até alcançar as reformas curriculares específicas nos campos da história, geografia, cultura, meio ambiente e dos idiomas oficiais do MERCOSUL (MERCOSUL, 1991c, p. 02).

As menções aos níveis técnico e de graduação, aparecem em menor escala neste período, considerando a ênfase dada pelo Banco Mundial para com a Educação Básica. Todavia, as propostas lançadas no Plano (MERCOSUL, 1991c, p. 02), perfilham a “necessidade de melhorar a qualidade dos recursos humanos no contexto do MERCOSUL, de modo a alcançar um desenvolvimento equilibrado em toda a região”.

Neste mesmo contexto, demarca-se o estímulo para que as “instituições universitárias se voltem para as questões referentes a trabalho e produção e outras resultem do processo de consolidação do MERCOSUL”<sup>17</sup> (MERCOSUL, 1991c, p. 03), tendo em vista a concepção de educação hegemônica e, de forma elementar, a outras requisições necessárias ao processo de consolidação do MERCOSUL. No entanto, neste período, não se percebe a implantação de uma universidade do MERCOSUL, embora tal idéia seja constantemente reforçada pelos Planos.

O objetivo almejado é a “flexibilização dos currículos escolares de modo a permitir respostas rápidas e eficientes às demandas dos setores sócio-econômicos” (MERCOSUL, 1991c, p. 03). Neste caso, a formação estaria totalmente relacionada às demandas do setor produtivo, de forma a permitir ações ligeiras, independentemente se o ensino é ou não adequado, ou está ou não preparando para o atendimento a estas demandas.

Outra proposta que ganha ênfase neste período do I Plano e que vai se constituir em estratégia no IV Plano de Educação é o intercâmbio de alunos, docentes e pesquisadores em diferentes níveis e modalidades de ensino. Mesmo que não se percebam ações concretas neste momento, encaminham-se ações posteriores, como é o caso do Programa de Mobilidade Acadêmica da Associação de Universidades “Grupo Montevideu” – AUGM<sup>18</sup>. O programa consiste no intercâmbio de professores e alunos no quadro das instituições associadas, com vistas à realização de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária, no intuito de produzir e socializar conhecimentos no âmbito do MERCOSUL – a chamada Escala Docente e Escala Discente. O escopo é que o programa possa se converter num instrumento prioritário para garantir a efetiva construção de um espaço acadêmico comum ampliado, dado seu caráter

---

<sup>17</sup> Essa universidade resultante do processo de integração será enfatizada no IV Plano de Educação, momento em que é efetivada.

<sup>18</sup> As universidades associadas da AUGM estão sediadas na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, totalizando um número de 18 instituições.

inovador, integracionista e acadêmico<sup>19</sup>. A conveniência, conforme arrolado pelo documento (MERCOSUL, 1991c, p. 02), está em

fomentar os programas de formação e intercâmbio de docentes, especialistas e alunos com o objetivo de facilitar o conhecimento da realidade que caracteriza a região e promover um maior desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico.

Com a aprovação do “Documento MERCOSUL 2000: Desafios e Metas para o Setor Educacional”<sup>20</sup>, complementar do II Plano do SEM, a educação ganha evidência com propostas de promoção da educação com qualidade para região, destacando-se as áreas de *i*) renovação educacional, como forma de incorporar a perspectiva regional à cultura das instituições e atuar na formação visando à melhoria da qualidade da aprendizagem; de *ii*) avaliação educacional, estabelecendo parâmetros regionais em nível de currículos, de modo a facilitar o reconhecimento e a identificação das diferentes áreas; de *iii*) cooperação universitária, fortalecendo a atividade universitária da região, na geração de novos conhecimentos e na formação de recursos humanos no quadro da integração regional; de *iv*) sistema de informação, para consolidar e integrar os dados educacionais dos países da região e; de *v*) educação e trabalho, definindo competências básicas e de trabalho para os Países-Membros (MERCOSUL, 1996). Estes temas agenciados vinculam-se

à necessidade de avançar na descentralização e autonomia escolar, na transformação da organização e da gestão de instituições escolares, na formação continuada de docentes, na renovação curricular, na incorporação de materiais e equipamentos renovadores, na articulação da educação e do mundo do trabalho e da produção, na instalação de uma cultura avaliativa dos sistemas educacionais e na cooperação interuniversitária referente à formação de recursos humanos e à pesquisa (MERCOSUL, 1996, p. 02).

No que tange às estratégias, o II Plano corrobora as do I Plano. Direciona-se ao desenvolvimento de uma identidade regional por meio do estímulo ao conhecimento mútuo e a uma cultura de integração – formação de uma consciência cidadã favorável ao processo de integração – e à promoção de políticas regionais de capacitação de recursos humanos e melhoria da qualidade da educação, no sentido de vislumbrar as competências mínimas para a absorção do mercado (MERCOSUL, 1998).

O cenário regional, levado em consideração neste Plano, leva a definir que por meio da “educação de qualidade para todos” poder-se-ia elevar a capacidade e produtividade das pessoas e, dessa forma,

<sup>19</sup> Sobre isso consultar o site: <[www.grupomontevideo.edu.uy](http://www.grupomontevideo.edu.uy)>.

<sup>20</sup> Documento que tem planejamento referido entre 1997-2000, por isso condiz com o período do II Plano de Educação.

transpassar fronteiras na busca de maior produtividade no mercado. Mas, para isso, haveria de assegurar a formação de uma consciência voltada à integração e, em contrapartida, à aquisição de novas competências e atitudes laborais (MERCOSUL, 1998). A educação, dessa maneira, deveria satisfazer os requerimentos do setor laboral, em função da sua rápida modernização, pressupondo articulação concreta entre educação e trabalho. Os sistemas educacionais, neste contexto são

pressionados para que continuem melhorando a qualidade da educação que oferecem e para que controlem a qualidade do resultado que obtêm, a fim de assegurar a formação de competências (saberes, práticas e atitudes) em níveis equivalentes [...] num espírito de integração regional (MERCOSUL, 1998, p. 2-3).

O III Plano propõe, por sua vez, orientar esforços para atender aos desafios apresentados pelas transformações na esfera produtiva, pelos avanços tecnológicos e pela necessidade de uma educação de qualidade para todos. Enfatiza, novamente, assim como o I e o II Plano de Educação as estratégias de fortalecimento da consciência cidadã favorável ao processo de integração, de promoção de uma educação de qualidade para todos e “de políticas de formação e capacitação de recursos humanos competentes” (MERCOSUL, 2001, p. 04).

Como diferencial, este Plano traz a estratégia de conformação de um espaço educativo regional de cooperação solidária, aspecto que até então não tinha destaque e que, pela centralidade, também ganha espaço nas estratégias do IV Plano de Educação, no sentido de promover “o intercâmbio para a melhoria dos sistemas educacionais” (MERCOSUL, 2006, p. 07). A cooperação, conforme o IV Plano, impulsiona investigações que permitem conhecer a realidade educativa da região, como forma de conhecimento recíproco das políticas educacionais nacionais, a organização e o fortalecimento de redes que facilitam o intercâmbio de informações, e o conhecimento de núcleos educativos e centros educativos regionais (MERCOSUL, 2006).

O propósito consta, no III e IV Plano, em vincular as políticas educativas nacionais com a finalidade de promover a circulação de atores educativos, envolver o conjunto da sociedade e possibilitar um desenvolvimento nos sistemas educativos específicos na construção de redes institucionais de educação. A organização e fortalecimento destas redes (institucionais e acadêmicas) “faciliten el intercambio de información y de experiencias educativas para afianzar las capacidades nacionales y contribuir a la disminución de asimetrías” (MERCOSUL, 2006, p. 08).

No caso da Educação Básica, a estratégia do III Plano relaciona-se ao melhoramento da aprendizagem, garantindo educação básica<sup>21</sup> a todos os grupos, inclusive vulneráveis, de forma a ter uma capacitação mínima para o mercado produtivo, conforme as Metas do Milênio; na

---

<sup>21</sup> Este ponto vai ao encontro das estratégias definidas pelo Banco Mundial à educação.

educação tecnológica arrola a geração de conhecimentos e competências profissionais para uma inserção social ativa, com formação contínua e; na educação superior, grifa a criação de um espaço acadêmico comum de intercâmbio de conhecimentos e investigações conjuntas na região – o caso de uma universidade do MERCOSUL. Busca assegurar, diante disso,

en Educación Básica [...] el mejoramiento del aprendizaje: para ello es fundamental la interacción de las escuelas con diferentes actores e instituciones sociales. Esto implica, por un lado, incorporar en lo cotidiano prácticas pedagógicas más contextualizadas, centradas en contenidos significativos y, por otro, procesos de gestión escolar que promuevan el reconocimiento social de la escuela como un espacio cultural. El pleno ejercicio del derecho a la educación se garantizará a través de una educación de calidad para todos, brindando atención educativa prioritaria a grupos vulnerables.

En Educación Tecnológica, el avance científico-tecnológico y la aceleración de los cambios que se imponen al mundo del trabajo, exigen una formación continua que genere conocimientos, actitudes, valores y competencias conducentes a la profesionalización y a una inserción social activa.

En Educación Superior, uno de los mayores desafíos es generar y difundir conocimiento que contribuya a la construcción de una sociedad justa y al desarrollo de la región. En esta perspectiva, se pondrá especial énfasis en la creación de un espacio académico común de intercambio de conocimientos e investigaciones conjuntas, promoviendo el desarrollo educativo, cultural, científico y tecnológico en la región. Asimismo, se ha de promover la formación de recursos humanos de calidad para la modernización y desarrollo integral de nuestras sociedades, fijando metas comunes y mecanismos de evaluación (MERCOSUL, 2001, p. 3-4)

Em relação à Educação Básica, uma das iniciativas que ganham destaque é a assinatura, em 2003, do Projeto Escola de Fronteiras – um acordo entre Argentina e Brasil – para a consecução de um modelo comum de ensino em escolas em cidades fronteiriças, a partir de um programa para a educação intercultural, com proeminência ao ensino de português e espanhol. O argumento é que uma educação para as escolas fronteiriças implica “o conhecimento, a valorização e a produção das culturas envolvidas” (MERCOSUL, 2005, p. 03) e, assim, pensada na zona de fronteiras, envolve relações de interculturalidade, reconhecimento das características e respeito mútuo. Na verdade, ocorre a valorização das especificidades locais e em contrapartida contribui para elevar a qualidade da educação, utilizando ambos os idiomas em currículos comuns.

A análise do setor educativo até aqui realizada, perfaz um decênio e meio de existência (1991-2005) e indica que, por meio de

Planos de Educação e Protocolos<sup>22</sup> – tais que são evidenciados no quando a seguir –, algumas propostas foram contempladas, no entanto, extremamente pontuais. Menciona-se a aprovação de (I) protocolos que facilitam o reconhecimento e a equiparação de estudos e a livre circulação de estudantes; (II) o início de trabalhos de adequação dos currículos de educação básica, no que se refere à aprendizagem dos idiomas oficiais do MERCOSUL e de cooperação dos currículos de História e Geografia para incentivar as linhas fronteiriças da região; (III) aprovação de protocolos para facilitar o intercâmbio de docentes universitários e a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação; (IV) constituição do Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional do MERCOSUL; e (V) elaboração de um mecanismo de credenciamento de cursos universitários para mobilidade acadêmica.

Quadro 02: Principais documentos do Setor Educativo do MERCOSUL

Planos de Educação e Protocolos Complementares MERCOSUL Educacional	
Protocolo de Intenções	Brasília, 13 de dezembro de 1991
Plano de Educação (1992-1994)	Buenos Aires, 1 de junho de 1992
Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico	Buenos Aires, 4 de agosto de 1994
Protocolo de Integração Educacional, Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e de Reconhecimento de Estudos de Nível Médio e Técnico	Assunção, 28 de julho de 1995
Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países-Membros do MERCOSUL	Montevideú, 30 de novembro de 1995
Protocolo de Integração para a Formação de Recursos Humanos em Nível de Pós-Graduação entre os Países-Membros do MERCOSUL	Montevideú, 30 de novembro de 1995
MERCOSUL 2000: Desafios e Metas para o Setor Educacional	Buenos Aires, 20 de junho de 1996
Plano de Educação (1998-2000)	Brasília, 12 de outubro de 1998
Compromisso de Brasília: metas do Plano Trienal para o ano 2000.	Brasília, 12 de outubro de 1998
Plano Estratégico de Educação (2001-2005)	Assunção, 20 de dezembro de 2001
Projeto Escolas de Fronteira: modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação	Brasília, dezembro de 2005

<sup>22</sup> Os Protocolos são dados aqui como documentos complementares dos Planos de Educação.

intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol.	
Plano de Educação (2006-2010)	Buenos Aires, 02 de junho de 2006.
Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não Técnico	Córdoba, 20 de julho de 2006

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

No IV Plano de Educação, para o período correspondente a 2006-2010, as propostas que ganham ênfase pontuam o “desenvolvimento dos vínculos entre universidade e setor produtivo” (MERCOSUL, 2006, p. 16), no intuito de instituir programas de cooperação universitária entre os Estados participantes da integração regional: o caso da universidade do MERCOSUL, denominada Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA – só uma nota).

No que tange às estratégias, o IV Plano explicita, primeiramente, o “desarrollo de programas para mejorar la equidad y la calidad de la educación en los países del MERCOSUR” (MERCOSUL, 2006, p. 07) por meio da incorporação de novas tecnologias, o “impulso a iniciativas y acciones en consonancia con los [...] Objetivos del Milenio” (MERCOSUL, 2006, p. 07) e o “fomento de iniciativas para el tratamiento de otras áreas y modalidades educativas [...] que permitan lograr una educación para todos a lo largo de toda la vida” (MERCOSUL, 2006, p. 07). A segunda questão estratégica, no entanto, faz menção à conciliação de políticas que articulem a educação como processo de integração e de coesão social do MERCOSUL, aspecto que não auferiu menção nos documentos precedentes.

Esta estratégia fica demarcada no Programa MERCOSUL/União Européia (2007-2013)<sup>23</sup>, que visa a aprofundar a cooperação entre União Européia e Mercado Comum do Sul por meio do SEM, no sentido de conformar um espaço comum educativo, tendo em vista a busca da coesão social e a integração dos países que compõem o MERCOSUL. Segundo o documento, a integração e a coesão social auxiliariam na superação das assimetrias existentes entre os Estados-Membros e fortaleceriam/consolidariam a equidade e a inclusão social.

O conceito de coesão econômica e social, por sua vez, incorporado pelo Tratado da União Européia (*Tratado de Maastricht*) é visto no âmbito da União Européia como possibilidade de desenvolvimento equilibrado, redução das diferenças estruturais entre as regiões e como promoção da igualdade de oportunidades entre as pessoas e os Países-Membros (GUIMARÃES, 2007).

<sup>23</sup> Os temas de cooperação com a União Européia estão assim definidos: integração, juventude, cooperação inter-universitária e setor produtivo, formação profissional, formação docente, inclusão social e inserção laboral e educação de migrantes. Documento disponível em <[http://www.mercosur.int/msweb/SM/Noticias/LXVGMC\\_Ata\\_04\\_06.html](http://www.mercosur.int/msweb/SM/Noticias/LXVGMC_Ata_04_06.html)>. Acesso em 28 de mai. de 2008.

Esta idéia de coesão, no entanto, tem sido tomada no contexto dos blocos regionais como estratégia para a construção de modelos sociais e solidários, acesso a direitos fundamentais e ao emprego, com vistas ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social e, além disso, objetiva estabelecer ações de combate à pobreza e à desigualdade. No MERCOSUL, no entanto, a coesão social nunca foi uma primazia,

[...] contrariamente a outros blocos, especialmente a União Européia [...]. A ausência desse objetivo pode ser uma explicação da dificuldade e do reduzido interesse dos países em manter um fundo financeiro para subsidiar políticas e regiões do bloco com alto nível de assimetria (NOGUEIRA, V. M. R., 2008, p. 163).

Embora não haja centralidade na coesão social, o IV Plano de Educação expressa, como ponto estratégico, a necessidade de executar diretrizes educacionais que promovam uma cidadania regional e o respeito aos direitos humanos. Crescentemente proposto, a criação de uma cidadania social regional está apoiada na defesa de direitos, na redução dos impactos da integração e na ampliação da participação social por meio das organizações da sociedade civil. Neste sentido, parece estar aludida a direitos sociais mínimos e comuns às pessoas da região, apoiados e garantidos por políticas sociais integradas (DRAIBE, 2007).

Mas como entender a integração de políticas sociais num bloco que não tem constituída uma força supranacional? A resposta, encontramos novamente em Draibe (2007). Em termos regionais, a política social ocupa um lugar marginal em relação à política econômica, pois na medida em que há o aprofundamento dos vínculos econômicos, os transversais e complementares – como o social – atuam como alavanca ao crescimento da economia e, neste sentido, como fator produtivo. Essa dependência da política econômica pode ser “uma estratégia pertinente não somente à política econômica, mas também e, quem sabe, principalmente, à política social” (DRAIBE, 2007, p. 175), por carecer de uma maior integração com a primeira para operar seu próprio desenvolvimento.

A unificação das políticas sociais nas estratégias regionais exige, dessa forma, um processo unificador/igualador das políticas como um todo. Mas, estaríamos sendo ambiciosos se comparássemos o MERCOSUL com outros blocos que tem consistência supranacional, por exemplo. Em termos educacionais, a unificação faz menção à harmonização das estratégias e propostas em nível regional para propiciar integração educacional, entretanto, o que se percebe é a efetivação de ações pontuais, mínimas em relação às propostas apresentadas.

Então, a promoção de uma cidadania regional fica comprometida na medida em que se tem uma maximização em termos de conteúdo<sup>24</sup> e uma minimização em relação a instituições que venham viabilizar/efetivar tal teor. Como explicita Draibe (2007, p. 06),

---

<sup>24</sup> Como se pode perceber, muito se aponta para a unificação de políticas sociais.

o MERCOSUL opera com uma estratégia maximalista da dimensão social, referida aos objetivos de integração, mas ao mesmo tempo, com uma estratégia minimalista de políticas sociais, uma vez que abdica de trazer para o campo da integração social o debate e a proposição de modelos de desenvolvimento econômico e social que pudessem sustentar, mais adequadamente, um efetivo processo de constituição de uma cidadania social nova e coesa.

Mesmo que as forças hegemônicas da economia global soprem na direção contrária, existem razões não só sociais, mas também econômicas de se criar alternativas de desenvolvimento que sejam, ao mesmo tempo, “economicamente dinâmicos, politicamente democráticos e socialmente inclusivos” (DRAIBE, 2007, p. 182). Trata-se de buscar, diante disso, uma nova articulação entre política econômica e política social – diferente da presenciada nos tempos atuais – que venha a constituir um modelo de desenvolvimento social com efetiva superação das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Embora se possa asseverar a ampliação dos debates no MERCOSUL em relação aos temas sociais e dentre eles a educação, concordamos com Gambina & Estay (2007, p. 232) que essa forma de integração está assentada no pilar “democracia e economia de mercado”, o que justifica as propostas educacionais conforme abordamos neste trabalho. Este cenário tem provocado discussões acerca da possibilidade de articular desenvolvimento econômico com ampla participação popular na tomada de decisões tanto no âmbito das relações entre Estados-Nacionais envolvidos e outras dimensões necessárias para construir uma integração regional alternativa. E isso requer a articulação de lutas locais, nacionais e supranacionais “junto com uma batalha que não separe o político do social, e muito menos a economia da política e da sociedade” (GAMBINA & ESTAY, 2007, p. 242).

A educação, em sentido estrito, deve ampliar e aprofundar a formação integral das pessoas para o exercício profissional, para uma formação humanista, mas também para reflexão crítica e a participação na construção de um projeto societário com justiça, democracia e igualdade. Nesse sentido, a educação não se reduz como escreveu Gramsci (apud NOSELLA, 1992, p. 898) a “uma encubadeira de pequenos monstros mesquinhos instruídos para um ofício, sem idéias gerais, sem cultura geral, sem alma, possuidores apenas de um olhar infalível e de uma mão firme”. Em outros termos: a educação não se restringe apenas à preparação para o domínio dos conhecimentos requeridos pelas novas tecnologias, mas também deve propiciar uma compreensão crítica da sociedade e o resgate de sua função social.

**Abstract:** The education, with the current worldwide capitalist configuration, assumes the role of dynamic element for the acceleration of the development processes, as it qualifies adequate human resources to the increasing level of international competitiveness. The process of rearticulation of the capital still has in its trends the consolidation of the regional blocs, where, MERCOSUL, for example, redefines its educational conception too. In this direction, the present study has as subject the educational question in MERCOSUL, with the objective to identify/analyze how the educational lines have being discussed in the scope of the four initial Country-Members of the bloc, in order to elucidate the conception of the education, the strategies and the proposals brought by the Education Plans, which compose the planning of the actions to the educational field.

**Key-words:** MERCOSUL; Education; Education of Plans.

---

### Referências Bibliográficas

AGUERRE, María Julia; BALBIS, Jorge; SARACHU, Juan José. **A Sociedade Civil no MERCOSUL:** guia de atores. Montevideu: Centro de Participação Popular, 2004.

BRUNNER, José Joaquim. Globalização e o futuro da educação: tendências, desafios, estratégias. In: **Educação na América Latina**. Brasília: UNESCO, OREALC, 2002, p.13-56.

CATANI, Afrânio Mendes. **América Latina:** impasses e alternativas. São Paulo, Humanistas, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente:** ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

DRAIBE, Sônia Miriam. Coesão social e integração regional: a agenda social do MERCOSUL e os grandes desafios das políticas sociais integradas. **Cadernos de Saúde Pública**, 2007, vol.23, ISSN 0102-311X. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2007001400007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001400007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 09 de set. de 2008.

FONTES, Eliane. **Integração Regional (ALADI, MERCOSUL e relacionamento externo do MERCOSUL)**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[http://www.somosmercosur.org/files/APOSTILA.INTEGRACAO.ALADI\\_MERCOSUL.ElianeFontes.pdf](http://www.somosmercosur.org/files/APOSTILA.INTEGRACAO.ALADI_MERCOSUL.ElianeFontes.pdf)>. Acesso em 14 de jan. de 2008.

GAMBINA, Júlio; ESTAY, Jaime. **Hacia donde va El sistema mundial?** Buenos Aires: Clacso, 2007.

GUIMARÃES, Luisa. **Integração Econômica Regional e Políticas de Saúde: União Européia e MERCOSUL**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2007, Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública.

KRAWCZYK, Nora R.; VIEIRA, Vera Lúcia. Estudos comparados nas análises sobre política educacional na América Latina. In: BORON, Atilio et al. **América Latina: Estado e reforma numa perspectiva comparada**. São Paulo: Cortez, 2003.

LAREDO, Iris Mabel. Educación y cooperación para la Integración Regional. In: MOROSINI, Marília Costa. **MERCOSUL/MERCOSUR: políticas e ações universitárias**. Campinas, SP: Autores Associados; Porto Alegre, RS: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998, p.235-251.

MARCHESI, Álvaro. Mudanças sociais e mudanças educacionais na América Latina. In: **Educação na América Latina**. Brasília: UNESCO, OREALC, 2002, p. 97-112.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. Assunção, 1991a. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb>>. Acesso em 22 de out. de 2007.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de Intenções**. Brasília, 1991b. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br>>. Acesso em 22 de out. de 2007.

\_\_\_\_\_. **Iª Reunião de Ministros da Educação dos Países-Membros do MERCOSUL**. Brasília, 1991c. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/unir/webunir/bila/06/2mercosu/merco09.htm>>. Acesso em 26 de jun. de 2008.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de Ouro Preto**. Ouro Preto, 1994. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb>>. Acesso em 22 de out. de 2007.

\_\_\_\_\_. **MERCOSUL 2000**. Buenos Aires, 1996. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br>>. Acesso em 26 de jun. de 2008.

\_\_\_\_\_. **Plano Trienal de Educação**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br>>. Acesso em 22 de out. de 2007.

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico do Setor Educacional do MERCOSUL**. Assunção, 2001. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br>>. Acesso em 22 de out. de 2007.

\_\_\_\_\_. **Decisão CMC Nº 33/04**. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <[http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/Normas/normas\\_web/Decisiones/PT/DEC\\_033\\_04\\_Fundo%20Setor%20Educativo\\_Ata\\_02\\_04.PDF](http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/Normas/normas_web/Decisiones/PT/DEC_033_04_Fundo%20Setor%20Educativo_Ata_02_04.PDF)>. Acesso em 26 de jun. de 2008.

\_\_\_\_\_. **Projeto Escolas de Fronteira:** modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase do português e do espanhol. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mercosul.inep.gov.br>>. Acesso em 20 de nov. de 2007.

\_\_\_\_\_. **Plano do Setor educativo do MERCOSUL 2006-2010.** Buenos Aires, 2006. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br>>. Acesso em 22 de out. de 2007.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, N. 50, Ano XVI, p.87-132, abril de 1996.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje.** São Paulo: Cortez, 1994.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Direitos e cidadania nos processo de integração regional: o caso do MERCOSUL. In: BOSCHETTI, I., *et al* (orgs). **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. MERCOSUL, competitividade e educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, Vol.12, N. 34, set./dez. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 16 de nov. de 2007.

REIS, Marilise Martins dos. **A universidade pública em crise:** dilemas e desafios frente à globalização e ao MERCOSUL. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001, Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

SETOR EDUCATIVO DO MERCOSUL. **Estudo analítico-descritivo comparativo do setor educacional do MERCOSUL (1996-2000).** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

SOARES, Cláudia P. Carvalho Baena. Mercosul Educacional: ações do governo. In: MOROSINI, Marília Costa. **MERCOSUL/MERCOSUR: políticas e ações universitárias.** Campinas, SP: Autores Associados; Porto Alegre, RS: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998, p. 110-129.